



## Participação do Brasil na OCDE será reforçada

Para o relator, acordo internacional aprovado pode ajudar ingresso do país na organização, que trabalha pelo desenvolvimento dos membros

O Senado aprovou ontem um acordo internacional que prevê maior participação do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. O projeto define a participação nacional em diversos foros da OCDE e estabelece mecanismos para a definição de linhas de trabalho futuras.

Para o relator na Comissão de Relações Exteriores, Antonio Anastasia, a proposta pode acelerar o ingresso do Brasil como membro pleno da organização, iniciativa apoiada formalmente pelos Estados Unidos na semana passada. **3**



Genildo Magalhães/Agência Senado

O vice-presidente do Senado, Antonio Anastasia, com Fernando Bezerra Coelho e Rogério Carvalho, na votação em Plenário

### MP sobre fraudes no INSS será votada na segunda

Ficou para segunda-feira a votação da medida provisória de combate a fraudes no INSS. O Plenário analisaria a MP ontem, mas senadores ameaçaram pedir verificação de quorum, o que inviabilizaria a votação, e o líder do governo, Fernando Bezerra Coelho, decidiu pedir o adiamento. O mesmo ocorreu com a MP que amplia o prazo para o pagamento de gratificações a servidores da Advocacia-Geral da União. As duas MPs vencem na segunda-feira. **3**

### Procuradores de MG consideram haver provas que incriminam a Vale

Membros da força-tarefa do Ministério Público que investiga o crime de Brumadinho disseram ontem à CPI do Senado sobre o tema que há provas para incriminar a Vale e ex-diretores e funcionários da mineradora. **8**

### Comissão aprova proibição de gestante realizar tarefa insalubre

A Comissão de Direitos Humanos aprovou o projeto ontem, um dia após o STF considerar inconstitucionais trechos da reforma trabalhista que permitiam a grávidas ou lactantes trabalhar em locais inadequados à saúde **4**

### Cientistas: aquecimento ameaça o futuro do Brasil

Pesquisadores afirmaram, em audiência no Senado, que as mudanças climáticas no planeta, combinadas ao desmatamento, podem inviabilizar o cultivo agrícola de vários vegetais no Brasil, aumentar a ocorrência de eventos extremos de seca ou de chuva,

impossibilitar pessoas de certas regiões de sair para ambientes externos sem ar-condicionado, e destruir a região amazônica.

Eles defenderam que a preservação ambiental não impede o desenvolvimento, enquanto as emissões de carbono ameaçam a biodiversidade. **7**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Professor Paulo Artaxo participa de debate ao lado de Fabiano Contarato (E)

### Permanência do Fundeb é consenso em audiência

A vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica expira em 2020, o que desperta preocupação entre os convidados da audiência pública na Comissão de Educação, Esporte e Cultura, que está promovendo um ciclo de debates a respei-

to do assunto. A criação de mecanismos para aumentar a eficiência do setor foi uma das sugestões apresentadas. O Fundeb, considerado a maior fonte recursos da educação básica do país, deve receber aproximadamente R\$ 150 bilhões em 2019 **5**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Governadora potiguar, Fátima Bezerra fala na CE observada por Arns e Carvalho

### PEC estabelece teto para cobrança de taxas de juros bancários **8**

### Escolas já estão recebendo kits do Projeto Jovem Senador **2**

### Senadoras sugerem prisão para casos de *stalking* **4**

### Blocos latino-americanos podem ter grupo parlamentar **8**

### Exigência de oferta de cardápio em braile avança em colegiado **6**



Antônio Pinheiro/Senado Federal

Material distribuído aos estudantes chega às 27 unidades da Federação. Inscrições abertas até 16 de agosto

## Kits do Jovem Senador são enviados para as escolas

Projeto proporciona vivência parlamentar para alunos de até 19 anos do ensino médio da rede pública. Tema do ano será “Cidadão que acompanha o orçamento público dá valor ao Brasil”

OS KITS DE divulgação do programa Jovem Senador 2019 já estão a caminho das 21.231 escolas públicas estaduais de todo o país aptas a participar. No material, está o regulamento do Concurso de Redação, a ficha de inscrição, a folha de redação, o check list de entrega, a compilação das redações e projetos de 2018 e cartazes do projeto e de ações institucionais parceiras.

Os kits foram enviados pelos Correios e a estimativa é de que sejam entregues a partir de meados de junho. Todo o material também pode ser acessado no site do projeto.

O Jovem Senador é um projeto do Senado que proporciona vivência parlamentar para alunos do ensino médio da rede pública estadual de até 19 anos. Anualmente são selecionados 27 alunos, um de cada unidade da federação, para representar seu estado em um mandato de uma semana em Brasília. As inscrições estão abertas até 16 de agosto.

— As escolas poderão divulgar o concurso de redação do Senado ainda antes das férias de julho, poderão provocar a reflexão sobre o tema “Cidadão que acompanha o Orçamento público dá valor ao Brasil” e terão algumas semanas para trabalhar o tema até agosto, quando devem

enviar as redações — acredita o coordenador de Gestão de Eventos do Senado, Herivelto Ferreira.

O envio de kits geralmente é feito via mala direta, quando a correspondência padronizada segue diretamente para as escolas. Quando os coordenadores do projeto no estado solicitam que os kits sejam enviados para as regionais ou para as secretarias de estado de Educação, para que esses órgãos intermediem a entrega às escolas, os kits seguem via encomenda. A opção da entrega intermediada é, muitas vezes, necessária, a fim de garantir o recebimento dos materiais nas comunidades indígenas, quilombolas ou escolas das zonas rurais.

### Envio sob medida

Alagoas, Paraná, Rio Grande do Sul e Rondônia optaram por receber todos os kits via encomenda, para personalizar a entrega. Acre, Mato Grosso e Roraima optaram por um recebimento híbrido: parte segue diretamente para as escolas, parte terá a entrega intermediada. Além das escolas, receberão os kits do Jovem Senador as secretarias de Educação, parceiros e apoiadores do projeto. Ao todo são 22.761 kits montados e enviados.

O envio dos kits é planejado

e realizado para atingir com a maior eficiência possível a totalidade das escolas que podem participar do projeto. A envelopagem dos kits e montagem das encomendas é a fase final de um processo que teve início em janeiro, quando começaram a ser produzidos e impressos os materiais para o envio. Além das muitas revisões, provas e teste de materiais, é necessário também o cuidado com os endereços para o envio.

A lista das escolas públicas estaduais é compilada e revisada anualmente pelo Inep, vinculado ao Ministério da Educação. A base de dados higienizada, como eles mesmos a chamam, é disponibilizada ao Senado, parte da parceria entre os dois órgãos. A equipe do Jovem Senador encaminha a lista de cada unidade da federação para os coordenadores do projeto nos estados para que possam confirmar os dados e definir a melhor forma de envio, conforme cada realidade.

Com os dados confirmados são produzidas aproximadamente 23 mil etiquetas, providenciado o transporte de todos os itens impressos para o galpão de montagem e dá-se início ao trabalho de montagem e envio, que dura cerca de uma semana.

## Marketing político digital é tema de palestra

O especialista em marketing político digital Rodrigo Gadelha apresentará hoje ao Senado as inovações e novidades do setor, às 10h. A palestra MindSet Digital será transmitida pela internet com participação ao vivo do público pelo Portal e-Cidadania.

Gadelha foi escolhido o profissional do ano em redes sociais do Brasil em 2018 pela

Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABComm). Ele é diretor-executivo da RG Organic, empresa de marketing político digital, e tem campanhas no Brasil e no exterior. O especialista atuou por marcas de renome, como Natura e Chevrolet.

Como consultor e palestrante, defende que o homem contemporâneo ganhou voz e

representatividade e, com isso, espera receber informações de forma transparente em todos os níveis, do privado ao público. A palestra é promovida pelo DataSenado, com apoio da Primeira-Secretaria do Senado, do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e do Interlegis.

Para participar de forma interativa: <http://bit.ly/MindSetDigital>

## Ressocialização de homens agressores é possível, conclui debate do Pauta Feminina

A ressocialização de agressores domésticos é possível e necessária para a proteção das mulheres no futuro, concluiu o encontro realizado ontem pelo projeto Pauta Feminina, na Câmara dos Deputados. A audiência reuniu autoridades e especialistas dos poderes Judiciário e Executivo para debater o papel da ressocialização do agressor no combate à violência contra a mulher.

A promotora de Justiça de São Paulo Gabriela Manssur falou sobre o projeto Tempo de Despertar, criado para auxiliar na ressocialização de agressores e, com isso, diminuir a reincidência da prática desse crime.

O projeto do Núcleo de Atendimento à Família e Autores de Violência Doméstica, da Secretaria da Mulher do Distrito Federal foi apresentado por Isabel Cristina Ribeiro. Segundo ela, o trabalho principal é com a responsabilização dos agressores.

— Tentamos evitar a patologização da violência, que existe quando se considera

que o homem que comete agressão contra uma mulher só pode ter algum problema ou distúrbio psicológico — disse Isabel.

Para Gabriela, o machismo impregnado na sociedade é o grande responsável pela formação de homens agressores.

### Penas

Para mudar isso, defendeu, é preciso alterar a legislação para agravar a pena de crimes de violência contra a mulher.

— Precisamos da alteração legal do artigo 129 do Código Penal. Ainda hoje nos remetemos a 1940, como se um crime contra uma mulher pesasse menos que um crime contra o patrimônio — disse.

O juiz titular da Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas do Distrito Federal, Gilmar Soriano, defendeu o aperfeiçoamento da execução penal, com a possibilidade de penas alternativas à prisão.

— É possível pensar na iniciativa de melhorar as penas alternativas, inclusive com contribuições do Legislativo.

## Plínio reclama do excesso de medidas provisórias e do prazo curto para análise

Plínio Valério (PSDB-AM) reclamou do excesso de medidas provisórias. Na opinião dele, é estranho que o Executivo



Genildo Magalhães/Agência Senado

Plínio disse que a Câmara envia os textos ao Senado na última hora, sem a possibilidade de revisão do conteúdo.

tente governar por meio dessas proposições, e por isso é preciso chamar a atenção para o problema. O senador criticou a falta de uma legislação que discipline o trâmite das MPs.

— De hoje em diante, falo em meu nome pessoal, ainda não discuti com o meu partido, não estou disposto a votar em cima do laço nenhuma medida provisória.

## Não tivemos tempo para discutir a MP sobre o INSS, afirma Rogério Carvalho

Rogério Carvalho (PT-SE) criticou a falta de tempo para discussão da MP que busca combater fraudes no INSS. Segundo o governo, a medida pode gerar economia aos cofres públicos de R\$ 9,8 bilhões no primeiro ano de vigência. Mas para o senador, a MP, prevista para ser votada na segunda-feira,



Genildo Magalhães/Agência Senado

prejudica os pobres. — Essa medida provisória criminaliza os pobres, transforma os pobres em bandidos, transforma aqueles que necessitam do Benefício de Prestação Continuada em criminosos em potencial. Dificulta a vida daqueles que precisam receber benefícios necessários para sobreviver.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



**PLENÁRIO** Sessão não deliberativa  
9h Pronunciamentos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

# Maior atuação do Brasil na OCDE vai à sanção

Acordo internacional, um dos três textos aprovados ontem em Plenário, pode ajudar o país a ingressar na organização, segundo o relator da proposta, Antonio Anastasia

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem um acordo internacional sobre maior participação do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O projeto de decreto legislativo institucionaliza a participação nacional em diversos foros da OCDE e estabelece os mecanismos para a definição de linhas de trabalho futuras.

O acordo (PDL 59/2019) reforçará a coordenação da participação do governo brasileiro na organização, feita por um grupo de trabalho interministerial, coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores.

Também foram aprovados outros dois acordos: o PDL 126/2019, sobre a alteração do voto na Corporação Financeira Internacional (CFI), órgão de cúpula do Banco Mundial para favorecer países em desenvolvimento, e o PDL 41/2019, de cooperação educacional com o governo de São Cristóvão e Névis. Os textos seguem para promulgação.

## Apoio

Na semana passada, os Estados Unidos declararam apoio oficial à entrada do Brasil na OCDE. A decisão de ajudar o Brasil a participar da organização já havia sido comunicada pelo presidente americano, Donald Trump, em encontro com o presidente



O acordo aprovado no Plenário também trata da base jurídica para as contribuições financeiras do Brasil à OCDE

Jair Bolsonaro, durante viagem aos Estados Unidos, há dois meses. O Brasil mantém relações de cooperação com a OCDE desde a década de 1990. Em 2007, tornou-se, juntamente com China, Índia, Indonésia e África do Sul, um dos cinco parceiros-chave da organização.

Para o relator do texto na Comissão de Relações Exteriores (CRE), Antonio Anastasia (PSDB-MG), o acordo deve auxiliar o ingresso do Brasil na organização.

— A internalização do acordo deve auxiliar no processo de entrada do Brasil como um membro pleno da OCDE, acelerando o eventual processo de ingresso do país nos quadros da organização — afirmou o senador.

O acordo, firmado em Paris

em 3 de junho de 2015, ainda trata da base jurídica para as contribuições financeiras do Brasil à organização e cria mecanismos visando definir linhas de trabalho futuras.

Anastasia citou também o documento encaminhado pelo Itamaraty, ainda durante a gestão de Dilma Rousseff, segundo o qual o acordo entre Brasil e OCDE “é especialmente relevante no momento em que o Brasil reforça suas estratégias de desenvolvimento, combinando crescimento econômico, inclusão social e a proteção ambiental”.

## Banco Mundial

Outro projeto de decreto legislativo aprovado ontem reconhece, por parte do Brasil, a mudança do voto qualificado dos países nas decisões

da Corporação Financeira Internacional.

A mudança na CFI aumenta a participação dos votos básicos de 1,88% para 5,55%. Sendo assim, as nações em desenvolvimento, como o Brasil, aumentam de 33,4% para 44,1% o poder de voto na corporação.

A mudança tem o objetivo de igualar a CFI ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), outro órgão que constitui o Banco Mundial. O texto também foi relatado por Anastasia, para quem o acordo é “favorável para o Brasil”.

A CFI possui votos básicos, distribuídos de forma igual entre os países-membros, e votos acionários, distribuídos proporcionalmente de acordo com o capital destinado por

cada país. Com a mudança, o Brasil passará a ter sozinho 2,27% de participação total na CFI, índice equivalente ao que já possui hoje no Bird.

O reconhecimento da nova composição na CFI foi enviada ao Congresso no governo de Dilma Roussef, que defendeu que “o aumento da voz e da participação dos países em desenvolvimento na tomada de decisões das instituições financeiras internacionais é uma demanda histórica desses países”.

## Educação

Quanto ao projeto de decreto que confirma a participação brasileira no acordo de cooperação educacional com o governo de São Cristóvão e Névis (país no Caribe), o texto prevê, por exemplo, a possibilidade de intercâmbio de professores, pesquisadores, técnicos e especialistas, para a realização de cursos de graduação ou pós-graduação e para a elaboração e execução conjunta de projetos e pesquisas.

O relator, senador Ângelo Coronel (PSD-BA), avalia que o acordo trará benefícios aos dois países, “além de fortalecer os laços de amizade que unem essas nações”.

A validade do acordo é de cinco anos, sendo renovável automaticamente, a menos que uma das partes se manifeste com antecedência de seis meses.

# Votação de MP contra fraudes no INSS será na segunda-feira

A votação de duas medidas provisórias que estavam na pauta de ontem do Plenário foi adiada para segunda-feira, data-limite para perda da vigência das duas proposições. O adiamento se deu porque senadores ameaçaram pedir verificação de quórum, o que poderia inviabilizar as votações, obrigando a liderança do governo a negociar a nova data.

A MP 871/2019 busca combater fraudes no INSS, ao criar um programa de revisão de benefícios e exigir cadastro de trabalhadores rurais. Já a MP 872/2019 amplia o prazo para o pagamento de gratificações a servidores e empregados cedidos à Advocacia-Geral da União (AGU). Ambas foram aprovadas pela Câmara na noite de quarta-feira.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, não participou da sessão, mas confirmou aos jornalistas a votação na segunda-feira.

— Como não tínhamos quórum, e a construção do acordo era o que estávamos buscando, resolvemos convocar uma ses-

são deliberativa para segunda à tarde. Estamos falando com todos os líderes para garantir a presença necessária — explicou.

Davi também reafirmou que não vai colocar em votação a MP 867/2018, que muda o Código Florestal.

## Protesto

Antes do início da ordem do dia de ontem, alguns senadores manifestaram a intenção de não aprovar medidas provisórias sem discussão e tempo para conhecer o texto, de forma que o Senado deixe de apenas

concordar com o que a Câmara decide. Jaques Wagner (PT-BA) foi um dos que disseram que não teria condições de votar:

— Como posso votar uma coisa que sequer eu li. Quando cheguei hoje de manhã, o texto nem existia. O governo tem número [suficiente de votos], que convoque sua base. O tema é delicado, estamos tratando aqui de aposentadorias de gente que ganha um salário mínimo — afirmou.

Quando os primeiros senadores ameaçaram não votar as MPs, o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra

Coelho (MDB-PE), chegou a apresentar uma questão de ordem, alegando que os textos só perderiam a validade em 4 de junho (terça-feira) e não no dia 3. Isso porque as medidas foram editadas durante o recesso parlamentar, período em que os prazos para contagem do vencimento ficam suspensos até a volta dos trabalhos legislativos.

— Senado e Câmara só poderiam começar a deliberar efetivamente a partir de 5 de fevereiro. Por isso, peço que defira a questão de ordem para corrigir o dia inicial do prazo para que seu vencimento se dê em 4 de junho, terça-feira, e não no dia 3 — apelou.

A tese de Bezerra motivou protestos de outros parlamentares, que não concordaram com a interpretação. O senador Alvaro Dias (Pode-PR) disse que não é possível adotar determinado procedimento de acordo com as circunstâncias.

— A Constituição é clara ao dizer que a contagem é suspensa no recesso parlamentar e retomada no primeiro dia da

nova Legislatura. O prazo está estabelecido e publicado e não podemos alterar no último segundo do jogo — avaliou.

A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) também protestou.

— Não se pode mudar uma regra durante o jogo. Isso é manobra para conseguir quórum e vai abrir espaço para judicialização.

## Constituição

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse que acima dos regimentos da Câmara e do Senado está a Constituição. E, com base nela, as datas de vencimento já estavam publicadas no site do Senado.

— O prazo de deliberação é de 4 de fevereiro a 3 de junho de 2019. É o que está no site do Senado, na documentação oficial do Congresso Nacional.

Diante dos protestos, Bezerra retirou a questão de ordem, mas disse que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deveria analisar posteriormente seus argumentos.



Senadores Weverton e Randolfe conversam com Bezerra, líder do governo

# Avança projeto que proíbe gestantes de realizar atividades insalubres

Texto foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos, um dia após o STF considerar inconstitucionais trechos da reforma trabalhista que admitiam a possibilidade de mulheres grávidas ou em amamentação trabalharem em locais inadequados à saúde

**PROJETO QUE PROÍBE** o trabalho de gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres foi aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A votação do PLS 254/2017 ocorreu um dia após o Supremo Tribunal Federal (STF) considerar inconstitucionais trechos da reforma trabalhista (Lei 13.467, de 2017) que admitiam a possibilidade de trabalhadoras grávidas e em amamentação desempenharem atividades insalubres.

— Essa decisão o STF já tomou. É redundante ler o relatório e aprovar. Estaríamos na mesma linha, exatamente, da decisão que o Supremo tomou na quarta-feira à noite — destacou o presidente da CDH e autor do projeto, Paulo Paim (PT-RS). Segundo o senador, o texto adequa a legislação para que grávidas não sejam expostas a rotinas de trabalho perigosas.

O relator, Romário (Pode-RJ), destacou a importância da preservação da saúde da mulher gestante ou lactante. Ele lembrou também que a legislação atual só proíbe o trabalho em locais de insalubridade classificada em grau máximo enquanto durar a gestação, mas permite quando se trata de grau médio ou



Paim explica que o texto adequa a legislação para evitar que grávidas sejam expostas a trabalhos perigosos

mínimo, salvo em casos de apresentação de atestado médico.

“Sabe-se, contudo, da diversidade de atividades insalubres, o que torna impraticável para a mulher encontrar especialistas em medicina do trabalho capazes de atestar com precisão a higidez ou não de sua atividade laboral. Quando se trata da vida humana, é melhor adotar o princípio da precaução, em vez de atribuir à mulher trabalhadora o ônus de suspeitar qual é o risco de sua ocupação e buscar apoio médico especializado para proteger seu filho nascituro ou lactente”, pontua Romário

no relatório.

O projeto segue para análise das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), cabendo à última decisão terminativa.

## Supremo

Por 10 votos a 1, o Supremo considerou, na quarta-feira, inconstitucional o trecho da reforma trabalhista que permite que grávidas e lactantes atuem em atividades consideradas insalubres.

A atuação do STF foi provocada por uma ação direta de inconstitucionalidade apre-

sentada em abril de 2018 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos. Com a decisão, volta a valer a regra anterior da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que determina o afastamento das empregadas de atividades e locais insalubres.

O trecho da reforma estava suspenso por liminar do relator no STF, ministro Alexandre de Moraes, proferida em maio de 2018.

A CDH também aprovou ontem requerimento de Paulo Rocha (PT-PA) para a realização de audiência, ainda sem data marcada, sobre irregularidades em fundos de pensão.

## População brasileira se sente traída, afirma Jorge Kajuru

Jorge Kajuru (PSB-GO) afirmou que a população está se sentindo traída por não ter suas expectativas atendidas. Ele fez referência às manifestações ocorridas em 2013, quando os atores políticos não entenderam a mensagem das ruas e, como resultado, o Congresso teve o maior índice de renovação política. Agora, segundo o senador, Executivo, Legislativo e Judiciário precisam entender a mensagem e partir para o atendimento das demandas da sociedade, avançando no combate à corrupção e garantindo recursos para políticas sociais e educação, além de trabalhar para a retomada da economia.



Gerardo Magela/Agência Senado

## Izalci Lucas destaca avanços da MP contra fraudes no INSS

Izalci Lucas (PSDB-DF) destacou os avanços feitos na medida provisória que busca combater fraudes no INSS durante discussão e votação na comissão mista. De acordo com o senador, que presidiu o colegiado, a MP 871/2019 deverá melhorar a qualidade dos gastos e aumentar a eficiência administrativa da Previdência, além de reduzir a judicialização das questões previdenciárias.

O senador registrou que muitas emendas foram acatadas na medida, que deverá ser votada na segunda-feira.

— É relevante que a gente aprove essa medida provisória.



Gerardo Magela/Agência Senado

## Previdência deve incentivar adesão de informais, diz Alvaro

Alvaro Dias (Pode-PR) registrou artigo do economista Paulo Rabello de Castro com alerta sobre mudanças essenciais que precisam ser feitas na reforma da Previdência (PEC 6/2019). Uma delas é o alerta de que a proposta não incentiva a adesão do trabalhador informal, além de não buscar recursos adicionais que poderiam cooperar com a redução do déficit previdenciário.

— Reforma necessária, mas ela não pode promover injustiças, certamente subtraindo direitos adquiridos e, sobretudo, levando ao desestímulo trabalhadores que esperam um sistema previdenciário autossustentável.



Gerardo Magela/Agência Senado

## Senadoras sugerem prisão para casos de perseguição e *stalking*

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) analisa dois projetos que punem a prática de perseguição ou *stalking*. O termo em inglês se refere a um tipo de violência em que a vítima é perseguida, incomodada e tem a privacidade invadida por ligações telefônicas, mensagens eletrônicas ou boatos publicados nas redes sociais e na internet.

O PL 1.414/2019, da senadora Rose de Freitas (Pode-ES), atualiza a Lei de Contravenções Penais (Decreto-Lei 3.688, de 1941). O texto em vigor prevê prisão de 15 dias a dois meses para quem “molestar alguém ou lhe perturbar a tranquilidade, por acinte ou por motivo reprovável”. A pena pode ser convertida em multa.

O projeto eleva a pena para de dois a três anos, sem possibilidade de conversão em multa. Além disso, a proposição amplia o conceito da contravenção. Fica sujeito a prisão quem “molestar alguém, por motivo reprovável, de maneira insidiosa ou obsessiva, direta ou indiretamente, continuada



Leila é autora do projeto que prevê pena de 1 a 3 anos para o *stalking*

ou episodicamente, com o uso de quaisquer meios, de modo a prejudicar-lhe a liberdade e a autodeterminação”.

— Potencializada pela tecnologia, a violência arcaica adquire novas formas de machucar a todos e às mulheres, em especial. Escrevemos na proposição a expressão “com o uso de quaisquer meios”, de modo a não haver dúvida sobre o fato de que é da internet que se fala. Não se trata de punir, por exemplo, um amor platônico, mas sim de punir as consequências da externalização insidiosa ou obsessiva

das paixões contemporâneas — afirmou Rose.

A autora também prevê a adoção de providências previstas na Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006) se a vítima da perseguição for mulher. O juiz pode aplicar medidas protetivas contra o agressor, como a suspensão da posse ou restrição do porte de armas e o afastamento da pessoa agredida. A proposta aguarda o relatório do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE). O texto não recebeu emendas na CCJ, onde tramita em caráter terminativo.

O projeto que trata o *stalking* como crime, e não apenas como contravenção, é da senadora Leila Barros (PSB-DF). O PL 1.369/2019 inclui um novo artigo no Código Penal (Decreto-Lei 2.848, de 1940) e estabelece pena de seis meses a dois anos de detenção para quem “perseguir ou assediar outra pessoa, de forma reiterada, por meio físico, eletrônico ou qualquer outro, direta ou indiretamente, de forma a provocar-lhe medo ou inquietação ou a prejudicar a sua liberdade de ação ou de opinião”.

Se o autor foi ou é íntimo da vítima, a pena vai de um a três anos de detenção. A pena também pode ser aumentada para três anos se o crime for praticado por mais de três pessoas ou se houver o emprego de arma. A majoração também vale se houver violação do direito de expressão da vítima ou se o criminoso “simular a atuação de várias pessoas” por meio eletrônico ou telemático. A proposta aguarda o relatório de Rodrigo Cunha (PSDB-AL).

# Debatedores pedem manutenção do Fundeb

Comissão de Educação promoveu o terceiro debate do ciclo sobre a revisão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, que expira em 2020

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) promoveu ontem a terceira audiência pública sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), cuja vigência expira em dezembro de 2020.

Instituído pela Emenda Constitucional 53/2006, e regulado pela Lei 11.494/2007, o Fundeb substituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1998 a 2006. A transição significou o aumento da complementação da União aos fundos estaduais, de R\$ 492 milhões, em 2006, para cerca de R\$ 14 bilhões, em 2019. Neste ano, estima-se um aporte para o fundo de aproximadamente R\$ 150 bilhões, sendo a principal fonte de recursos para a educação básica.

A governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, destacou o Fundeb como “um marco para a ampliação do acesso a todas as etapas e modalidades da educação básica”. Ex-senadora, ela defendeu a perenidade do fundo, tornando-o uma política de Estado, e o seu aperfeiçoamento por meio do aumento da participação financeira da União.



Fátima Bezerra, Flávio Arns e Henrique Carvalho ouvem o representante da CNM, André Alencar, na audiência

— Só quero chamar a atenção desta Casa para a importância de promover a manutenção da vinculação das receitas para a educação e as políticas sociais, especialmente em um país como o nosso, que tem déficit de escolarização imenso. E o Fundeb é uma das experiências mais exitosas do regime de colaboração — declarou.

## Reformulação

Analista de planejamento e orçamento da Secretaria Especial de Fazenda, Henrique Carvalho disse que o governo está preocupado com o assunto, por reconhecer que o Fundeb é importante para o financiamento da educação básica. Segundo ele, embora o Ministério da Economia ainda não tenha uma proposta definida, o ministro Paulo Guedes tem se

mostrado favorável à renovação do programa.

— Já houve algumas conversas do nosso secretário Alexandre Manoel com o ministro em que ele nos passou esta impressão, e creio que esta é uma notícia interessante a ser passada aqui.

Carvalho defendeu que, na reformulação do fundo, sejam criados incentivos para aumentar a eficiência da educação e promover a equidade na redistribuição dos recursos.

— Isso vai dar um ganho muito grande nos desempenhos — previu.

Assessor parlamentar da Confederação Nacional de Municípios (CNM), André Alencar disse que a proposta de redistribuição dos recursos do Fundeb deve gerar conflitos pontuais na esfera municipal,

mas ponderou que toda mudança causa discussões.

— Todo mundo quer o Fundeb permanente, concordando que o volume de recursos é bom e que a União tem que entrar com mais participação. Até o Ministério da Economia tem achado razoável. Então, a questão é irmos calibrando e incluir os refinamentos necessários.

## Proposições

Tramitam no Senado duas propostas de emenda à Constituição para tornar o Fundeb permanente. A PEC 33/2019 é de Jorge Kajuru (PSB-GO) e a PEC 65/2019 foi apresentada por Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Um dos autores do requerimento para o ciclo de debates, Flávio Arns (Rede-PR) considerou que a iminência do fim

da vigência do Fundeb pode acarretar a desorganização do setor, com perda considerável de recursos aplicados pelo governo na educação básica. O debate, segundo ele, vai auxiliar no aprimoramento da política pública e no direcionamento das proposições legislativas.

Jean Paul Prates (PT-RN) defendeu que o Fundeb vire política de Estado, para que a medida “não fique ao sabor de quem está no poder”.

## Portal e-Cidadania

Internautas participaram da audiência pelo Portal e-Cidadania. Leila Pio Mororó, da Bahia, manifestou apoio à renovação do Fundeb, afirmando que o programa mudou a história da educação. Para Simone Smiderle, do Espírito Santo, o fundo “tornou-se um instrumento eficaz para promover a equidade na educação”. Na opinião dela, o fim da vigência do Fundeb seria um “retrocesso”.

Luciano Souza, de Minas Gerais, disse que é comerciante e vê alunos do ensino médio com dificuldades para conferir trocos. Ele considerou essa constatação “um absurdo” e disse que a educação básica está “precária e precisa mudar”. Já Claudia Seixas, do Distrito Federal, elogiou a comissão pelo trabalho nas audiências.

## Randolfe é contra MP que antecipa reforma previdenciária

O líder da oposição, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), revelou em Plenário que não deve aceitar algumas propostas da Medida Provisória 871/2019, que combate irregularidades nos benefícios do INSS. Para o senador, a MP é uma forma de antecipar a reforma da Previdência.

— Somos favoráveis a combater fraudes, mas o que nós rejeitamos é iniciar a reforma da Previdência pela medida provisória, prejudicando a parte mais vulnerável. Também não aceitaremos o drible no Benefício de Prestação Continuada e na aposentadoria rural — afirmou.

## Reguffe defende isenção de imposto sobre medicamentos

Reguffe (sem partido-DF) defendeu ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 2/2015, que isenta de impostos todos os medicamentos de uso humano. Para o senador, o correto seria ofertar gratuitamente mas a isenção já seria uma grande contribuição.

— Existem famílias neste país que gastam R\$ 4 mil por mês com medicamentos de uso contínuo. Isso é a vida real das pessoas. E aí nós temos uma PEC que não é votada pelo Plenário.



Genildo Migele/Agência Senado

## Problema na educação brasileira é histórico, analisa Confúcio

Confúcio Moura (MDB-RO) analisou a educação brasileira desde a Proclamação da República, em 1889, até a República Velha, em 1930. O objetivo do senador é apontar os motivos que impedem o avanço da educação. Confúcio afirmou que, entre 1900 e 1920, o analfabetismo atingia 65% da população. Na época, a educação primária e secundária era de responsabilidade dos estados e municípios, que sofriam com a insuficiência de fundos para o setor, explicou.

— A educação somente começaria a fazer parte da atenção pública em 1910 — disse.

# Bares e restaurantes poderão ser obrigados a ter cardápio em braille

Aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos, texto determina que estabelecimentos disponibilizem ao menos um exemplar

FOI APROVADO ONTEM na Comissão de Direitos Humanos (CDH) projeto que obriga bares, lanchonetes e restaurantes a oferecerem aos clientes cardápios em braille. Do senador Confúcio Moura (MDB-RO), o texto inclui a exigência no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146, de 2015).

O PL 1.550/2019 exige que seja disponibilizado ao menos um exemplar do cardápio em Braille e dá prazo de 180 dias para que os estabelecimentos se enquadrem na nova lei, após a publicação.

Confúcio explica que o Brasil tem se empenhado em corrigir desigualdades para assegurar a inclusão das pessoas com deficiência. Segundo ele, no entanto, ainda há muito trabalho a ser feito.

“É preciso conferir às pessoas com deficiência visual o sentimento de que são seres humanos plenos, como todos o somos, garantindo-lhes oportunidades e dignidades básicas de cidadania, como a possibilidade de, num restaurante, poderem escolher, com liberdade e independência, o que comerão, baseados num cardápio que lhes seja acessível”, argumenta na justificativa do projeto.



Romário, relator, e Confúcio Moura, autor do projeto que visa incluir pessoas com deficiência

O relator, senador Romário (Pode-RJ), deu parecer favorável, considerando que é preciso ampliar a autonomia das pessoas com deficiência visual.

“Para alguns brasileiros, a tarefa supostamente trivial de pedir uma refeição num restaurante ou lanchonete pode se revelar extremamente complexa e constrangedora, devido à falta de material apropriado ao manuseio e à leitura



do menu por pessoas com deficiência visual”, destaca o relator no parecer.

Romário também afirmou que a proposta poderá implicar custos para estabelecimentos e, não levá-los em consideração, prejudicaria a eficácia da lei. Ele pediu atenção a esse ponto para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para onde segue o projeto e onde ele será votado em decisão terminativa.

## Debatedores apoiam criação da Semana da Pessoa Idosa

Autor de um requerimento de debate sobre a criação da Semana Nacional da Pessoa Idosa, o senador Marcelo Castro (MDB-PI) disse ontem, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que deverá apresentar um projeto para formalizar o evento no calendário nacional. A semana deverá ser iniciada

em 1º de outubro, Dia Internacional do Idoso. Para Castro, a data pode servir de ponto de partida para a discussão de políticas públicas destinadas a essa parcela da população, que não para de crescer.

— Julgamos da mais alta relevância, que é uma preocupação mundial

hoje, de organismos como a ONU, o tratamento e a atenção que a gente precisa ter de políticas públicas para as pessoas idosas, porque, graças a Deus, nós estamos vivendo mais, aqui e alhures. O mundo inteiro está registrando uma taxa de idosos maior do que tínhamos antes — afirmou o senador.

De acordo com o IBGE, a população idosa no Brasil deverá dobrar até 2042.

A presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, Lúcia Secoti, defendeu a criação da semana, que deverá abrir portas para discussão do envelhecimento digno.

— A gente vê também na semana nacional essa possibilidade de articulação, essa possibilidade de contribuição com o envelhecimento digno. Que é o que a gente tem buscado cada vez mais na formulação das políticas públicas — disse.

Também participaram do debate alunos e professores da Universidade da Maturidade de Tocantins.



Senador Marcelo Castro preside audiência com especialistas em políticas para os idosos

## Para Castro, celebração pode incentivar novas políticas para idosos

O senador Marcelo Castro (MDB-PI) defendeu ontem, em Plenário, a realização da Semana Nacional da Pessoa Idosa, a ser celebrada entre os dias 1º e 8 de outubro. Para ele, a iniciativa estimulará a construção de novas políticas públicas destinadas a essas pessoas.

— Na metade deste século, os maiores de 60 anos representarão o grupo demográfico mais numeroso, ultrapassando aqueles na faixa de 40 a 59 anos — alertou o senador.

Atualmente, as pessoas com mais de 60 anos representam 13,5% da população, disse Castro.

## Brasil começa a viver crise social, afirma Paulo Rocha

Paulo Rocha (PT-PA) analisou em Plenário a crise política e econômica, que, para ele, está se transformando em crise social. O senador disse que o presidente Jair Bolsonaro tem incentivado brigas entre setores da sociedade, o que não é bom para um país que passa por uma crise econômica, como o Brasil.

— Os setores da sociedade começam a se mobilizar. Isso é bom para a democracia, o que não pode é acirrar os embates.

## Chico Rodrigues parabeniza novo presidente da CNBB

Chico Rodrigues (DEM-RR) parabenizou o novo presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Walmor Oliveira. Para ele, a Igreja Católica terá um homem de primorosa formação religiosa à frente da conferência

— Chega à presidência da CNBB com uma proposta de diálogo, de mediação entre os governantes, os representantes do povo e os diversos segmentos da sociedade, em tempos de extremismos.



### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luís Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burre  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Aquecimento global traz riscos para o Brasil, alertam cientistas

País deve continuar protagonista nos esforços para diminuir os efeitos que o fenômeno pode trazer, apontou debate conjunto ontem

O BRASIL DEVE esforçar-se para cumprir as metas acordadas no âmbito do Acordo de Paris, e manter seu protagonismo nos esforços multilaterais visando mitigar os efeitos danosos do aquecimento global. Esse foi o consenso na reunião conjunta das Comissões de Relações Exteriores (CRE) e de Meio Ambiente (CMA) ontem, com renomados cientistas brasileiros que pesquisam as mudanças climáticas.

Para o biofísico Carlos Nobre, que atua junto à Universidade de São Paulo (USP) e é membro da Academia de Ciências dos EUA, praticamente todas as regiões brasileiras serão inviabilizadas socioeconomicamente, caso a temperatura média mundial aumente 5°C até o final do século, que é o que pode ocorrer se nada for feito para reduzir as emissões de CO<sub>2</sub>.

Ele alertou que os efeitos do aquecimento global já são evidentes no Brasil, uma vez que durante a década de 60, a média de dias por ano com temperatura superior a 34°C nunca passava de 30 dias, mas desde o início do século 21, o índice nunca mais foi inferior a 60 dias por ano. Um índice de temperatura média superior a 34°C inviabiliza a prática de diversas culturas agrícolas.

O biofísico chamou a atenção para a possibilidade de o Brasil passar a sofrer mais com eventos extremos relacionados a períodos de seca ou de chuvas, respectivamente nas Regiões Nordeste e Sudeste.



Professora da UnB, Mercedes Bustamante fala em audiência pública dirigida por Fabiano Contarato (2º à esq.)

— A situação do Nordeste é muito preocupante. A seca entre 2012 e 2018 foi a mais longa da história, e essas medições são feitas desde o período do Império. A região já vive um período de aridização, por exemplo, no norte da Bahia.

A Amazônia também já passa por situações anômalas e sem precedentes desde 2009, alternando seguidamente períodos de secas e inundações.

## Vida inviável

Nobre defendeu o cerne do Acordo de Paris, para que a temperatura média global não aumente mais do que 2°C até 2100. Ele lembrou que o trabalho da ONU leva em conta um índice mundialmente consensual na medicina, que calcula o limite fisiológico do ser humano a uma temperatura de 34°C, levando em conta a umidade relativa do ar em 100%. Cidades como Manaus, Cuiabá e Rio Branco já atingem a temperatura de

32°C hoje nesse cálculo.

— São regiões que estão a meros 3°C de atingirem o limite fisiológico humano. No pior dos cenários, em caso de descontrole climático, em toda a Amazônia, no Nordeste e mesmo em outras regiões do país, durante mais de 200 dias por ano as pessoas terão que estar em ambientes internos com ar-condicionado durante algumas horas, todos os dias. Se o Acordo de Paris fracassar, projeções indicam que pelo menos 500 milhões de pessoas morrerão em todo o mundo caso o clima saia do controle.

Nobre apresentou estudos da Embrapa e do Fórum Econômico Mundial alertando para riscos graves ao agronegócio brasileiro, relacionados às alterações climáticas. Ele chamou a atenção para o fato de que não há engenharia genética capaz de fazer uma planta realizar fotossíntese acima de 43°C. Esses estudos alertam que um eventual

fracasso do Acordo de Paris pode inviabilizar muitas das culturas agrícolas em nosso território já nas próximas décadas. Além disso, o descontrole das emissões pode levar todo o Nordeste à condição de seca extrema, com avanço significativo da Caatinga sem condições de manter a vegetação, tornando a região tecnicamente um semi-deserto. O Brasil, segundo Nobre, corre risco concreto de, na prática, perder a região amazônica.

O físico Paulo Artaxo divulgou levantamentos da Organização da ONU para a Agricultura e a Alimentação (FAO), do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), com projeções semelhantes em relação à agropecuária brasileira em caso de descontrole climático. Ele entende que o país já deva tomar diretrizes mais incisivas visando diminuir a emissão do gás metano.

A geobotânica Mercedes Bustamante alertou para o fato de o Brasil “apenas arranhar” seu gigantesco potencial na bioeconomia. Ela considera “francamente equivocado” o enfoque de que a preservação ambiental é um empecilho ao desenvolvimento. O aquecimento global é que pode pôr em risco a biodiversidade do nosso território, afirmou.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) criticou diretrizes “preocupantes” do governo sobre a gestão do Fundo Amazônia. O fundo, mantido principalmente pela Noruega, destina cerca de R\$ 2 bilhões por ano para programas de preservação ambiental na Amazônia. De acordo com o senador, centenas de ações estão paralisadas na região, enquanto o governo manifesta intenção de utilizar os recursos para pagar indenizações a fazendeiros, “em sua maioria grileiros de terra”.

## Soraya destaca agronegócio como propulsor econômico

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Soraya Thronicke (PSL-MS) comentou ontem as demandas apresentadas por produtores rurais para o Plano Safra deste ano em audiência pública da CRA no dia 22. Para ela, o agronegócio impulsiona a economia, em momentos de crise.

— O governo confia na agricultura e reconhece a força do setor. Há muito o agronegócio tem sido a força motriz da economia brasileira.

Apesar disso, houve, segundo ela, redução de quase 1 milhão de contratos de crédito agrícola entre 2013 e 2018 e de mais de 30% nos recursos para custeios.

## Eliziane anuncia programação do Junho Verde

Eliziane Gama (Cidadania-MA) anunciou ontem a programação do Junho Verde, mês dedicado às causas ambientalistas. A programação contará com iluminação do prédio do Senado de verde e debates sobre desenvolvimento sustentável. A data foi escolhida em homenagem ao Dia Internacional do Meio Ambiente, em 5 de junho.

— Nós defendemos a agenda ambiental e queremos o desenvolvimento econômico. Agora, o desenvolvimento não pode ser feito deixando para trás um princípio da vida, a garantia e a proteção desta e das próximas gerações.

## Paim: Senado não pode ser uma “casa de carimbo”

Paulo Paim (PT-RS) elogiou ontem a decisão do Senado de votar na segunda-feira a Medida Provisória 871/2019, que busca combater fraudes e benefícios irregulares no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Ele destacou que o Senado não pode ser apenas uma “casa de carimbo”, ao se referir aos prazos para votação das medidas provisórias.

— A decisão hoje foi correta. O prazo que temos é esse e na segunda-feira a gente decide. Mas já foi um sinal para a Câmara de que o Senado não aceitará ser uma Casa que vai fortalecer a fabricação de carimbos, porque o Senado vai ter que ter muito carimbo se continuar assim. Não dá para aceitar! — disse.

## Debate: “Influência do homem no clima já é consenso”

A pesquisa científica relacionada à influência das atividades humanas no aumento da concentração de CO<sub>2</sub> na atmosfera é “robusta” mundialmente, permitindo projeções climáticas em nível regional e global, disseram ontem cientistas na audiência conjunta da CRE e da CMA.

— Só nos últimos seis meses, foram divulgados trabalhos de pesquisas coletando esforços de quase 3 mil cientistas, todos apontando questões preocupantes quanto à sustentabilidade ambiental no que tange às atividades humanas — afirmou Paulo Artaxo.

O astrogeofísico Gylvan Meira, que colaborou com o IPCC até 2015, afirmou que,

especialmente nos EUA, os negacionistas — cientistas que negam a interpretação de que as atividades humanas possam colaborar para alterações climáticas profundas no planeta — estão ligados ao lobby de poderosos setores industriais, como o do petróleo. Participantes da audiência de ontem afirmaram ser “público e notório” o vínculo de negacionistas no Brasil com o lobby do agronegócio.

## Efeito estufa

Meira ressaltou ser um consenso mundial há décadas, por meio de investigações em laboratório no âmbito da mecânica quântica, que propriedades das partículas de CO<sub>2</sub> absorvem

os raios infravermelhos. E é a concentração desses gases na atmosfera, em grande medida emitidos por atividades humanas, um dos responsáveis pelo agravamento do efeito estufa, impedindo que o calor seja devolvido ao espaço.

O biólogo Gustavo Luedemann, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), lembrou que o IPCC controla um fundo de US\$ 100 bilhões para financiamento de ações de mitigação aos danos ambientais. Para ele, essa é uma oportunidade para que o Brasil incremente seu modelo econômico visando uma lógica mais sustentável, fomentando por exemplo ações de manejo florestal.

# Há provas para incriminar Vale, diz MP mineiro

Integrantes da força-tarefa do Ministério Público que investiga o rompimento de barragem em Brumadinho depuseram ontem em CPI a respeito do desastre em Minas

HÁ PROVAS SUFICIENTES para incriminar a Vale e alguns dos diretores e funcionários da mineradora pelo rompimento, em janeiro, da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), afirmaram ontem integrantes da força-tarefa do Ministério Público que investiga o desastre. Eles participaram no Senado de reunião da CPI de Brumadinho.

De acordo com o procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Antônio Tonet, a expectativa é apresentar a denúncia em 2 ou 3 meses.

— Em relação às pessoas que serão denunciadas, isso vai depender da qualidade da prova. Nosso objetivo é conseguir a reparação integral do meio ambiente, a indenização total em favor das vítimas e a punição dos responsáveis — disse.

O relator da comissão parlamentar de inquérito, Carlos Viana (PSD-MG), perguntou se os dirigentes da Vale serão



Antônio Sérgio Tonet, Andressa Lanchotti, Rose de Freitas, Carlos Viana e Helder Magno na CPI de Brumadinho

acusados por homicídio doloso, em que se assume o risco de matar, mas o procurador ressaltou que as investigações ainda não estão concluídas.

A promotora de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais Andressa Lanchotti afirmou que as provas coletadas são contundentes para a

responsabilização individualizada dos suspeitos.

— As provas materiais indicam que a companhia tinha ciência da existência de barragens em situação de risco e não contactou as autoridades, não agiu para coibir esse risco — avaliou.

O que se busca neste mo-

mento, segundo a promotora, é definir quais funcionários tinham conhecimento do risco de a barragem ruir.

O procurador da República Helder Magno da Silva disse que a tragédia evidencia a necessidade de maior transparência nas informações públicas para estudos de impacto

ambiental e relatórios sobre a segurança de barragens. Para os integrantes da força-tarefa, existia uma relação promíscua entre a Vale e a Tüv Süd, companhia de inspeção alemã que certificou a barragem como segura quatro meses antes do rompimento. A Tüv Süd também deverá ser responsabilizada criminalmente.

## CPI

A CPI já colheu depoimentos de diversas pessoas envolvidas no rompimento da barragem de rejeitos tóxicos da Vale em Brumadinho, que matou mais de 245 pessoas e poluiu o Rio Paraopeba.

A comissão, que é presidida por Rose de Freitas (Pode-ES), está analisando 41 projetos de lei sobre o tema que estão tramitando tanto na Câmara quanto no Senado. O prazo final da CPI é 10 de julho e, segundo Carlos Viana, o relatório será entregue em 2 de julho.

## Grupo entre blocos latino-americanos deve ser criado

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Mercosul-Aliança do Pacífico (PRS 39/2019). Segundo o projeto, de autoria de Nelsinho Trad (PSD-MS), a integração parlamentar se dará por visitas, congressos e troca de experiências. O grupo também poderá manter relações culturais e de cooperação técnica com entidades nacionais e estrangeiras.

O senador, que é presidente da CRE, registra que o projeto tem a finalidade de incentivar as relações entre os Poderes Legislativos dos países que compõem o Mercosul e a Aliança do Pacífico, assim como com o Parlamento do Mercosul e demais parlamentos de integração da região. Nelsinho afirma que o grupo “potencializar a capacidade desses países de intensificar o comércio intra e extra continente e, assim, integrar as cadeias internacionais de valor”.

A relatora, Soraya Thronicke (PSL-MS), apresentou relatório favorável ao projeto. Na opinião da senadora, a pertinência do grupo reside justamente na importância que a integração regional tem para o Brasil. Soraya acrescentou que mais um mecanismo parlamentar só trará benefícios ao Brasil e ao continente. A proposta foi enviada à Comissão Diretora.

O Mercosul é composto pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. A Venezuela também integra o bloco econômico, mas está suspensa desde dezembro de 2016. A Bolívia assinou



Relatório de Soraya foi aprovado em sessão dirigida por Marcos do Val

um protocolo de intenção de adesão ao Mercosul em 2015. A Aliança do Pacífico envolve México, Colômbia, Chile e Peru, países latino-americanos que são banhados pelo Oceano Pacífico.

Chico Rodrigues (DEM-RR) leu seu relatório sobre a indicação do diplomata Santiago Irazabal Mourão para o cargo de delegado permanente do Brasil na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Soraya também leu seu relatório sobre a indicação do diplomata Ruy Pacheco de Azevedo Amaral para ser o chefe da embaixada do Brasil na Jordânia.

## Egito

Ainda foi lido o relatório da indicação do embaixador Antônio de Aguiar Patriota para o cargo de embaixador do Brasil no Egito, cumulativamente com a representação na Eritreia. Patriota foi ministro das Relações Exteriores entre 2011 e 2013, no primeiro governo da ex-presidente Dilma Rousseff.

A indicação foi relatada pelo senador Marcos do Val (Cidadania-ES). Foi concedida vista coletiva para os três relatórios. A sabatina dos indicados ainda será agendada.

## Audiências

A CRE também aprovou a realização de uma audiência pública para debater a importância do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) para a segurança nacional. A data do evento, sugerido pelo senador Nelsinho Trad, ainda será marcada.

Foi aprovada ainda a inclusão dos nomes dos atletas Jackson Follmann e Hélio Hermito Zampier Neto entre os convidados para uma audiência pública que irá debater a demora na indenização do acidente com o voo da Associação Atlética Chapecoense na Colômbia, em novembro de 2016 — quando morreram 71 pessoas. Follmann e Neto estão entre os seis sobreviventes e eram jogadores da equipe de Santa Catarina na ocasião.

## Senado analisará PEC que pretende limitar juros bancários

O Senado discutirá uma proposta de emenda à Constituição que estabelece um teto para as taxas de juros aplicadas pelos bancos em operações de crédito. A PEC 79/2019 determina o limite de três vezes a taxa decidida pelo Banco Central.

A autora, Zenaide Maia (Pros-RN), explica que a motivação é preencher uma lacuna deixada na Constituição. Quando foi promulgada, em 1988, a Carta contava com um dispositivo que limitava as taxas de juros a 12% ao ano — qualquer cobrança acima disso seria enquadrada como crime de usura. No entanto, a Advocacia-Geral da União (AGU) entendeu que a regra não era autoaplicável, ou seja, dependia de regulamentação em uma lei específica. A lei nunca veio, e, em 2003, o dispositivo foi revogado.

A senadora destaca, na justificativa da proposta, que um limite fixo, como a Constituição originalmente previa, poderia “engessar” a política

monetária do Banco Central. Por isso, sua proposta optou por outro caminho: deixar o Banco Central livre para estabelecer uma taxa básica e impor o limite sempre a partir dela.

## Endividamento

Zenaide observa que, “de acordo com informações do próprio Banco Central, algumas instituições financeiras cobram juros dezenas ou até centenas de vezes maiores do que a taxa básica, mesmo em operações de pouco risco”. Em consequência disso, prossegue a senadora, mais de 60% das famílias brasileiras estão endividadas, segundo números de 2017.

A proposta será analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) antes de seguir para o Plenário do Senado. A PEC precisa receber pelo menos 49 votos favoráveis, em dois turnos de votação, para ser aprovada e avançar para a Câmara dos Deputados.



Para autora, Zenaide Maia, aprovação preenche lacuna constitucional